

MACHADO DE ASSIS EM DIÁLOGO COM A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE “O CASO DA VARA”

MACHADO DE ASSIS IN RELATION TO HISTORY: ANALYSIS OF “O CASO DA VARA”

Greicy Pinto Bellin¹

Resumo

Com base na leitura de “O caso da vara”, de Machado de Assis, foi possível identificar a existência de um sistema de relações sociais vigente na sociedade brasileira escravocrata do século XIX. Tal sistema encontrava seus alicerces na dominação e na subserviência não só de senhores em relação aos seus escravos, mas também na dependência entre homens livres e pessoas detentoras de algum tipo de poder dentro da sociedade. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é analisar o conto de Machado de Assis considerando as relações do texto literário com o contexto social e com os acontecimentos históricos da época do autor, recorrendo a autores como Antonio Candido, Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub, que percebem a relação entre literatura e sociedade como chave interpretativa não só do texto literário em si como também da própria ficção machadiana. Desta forma, nota-se que, em “O caso da vara”, um dos principais escritores realistas brasileiros se utiliza de uma contenda doméstica, aparentemente sem grande relevância, para ilustrar algumas das marcas distintivas da sociedade patriarcal, tais como a escravidão, o poder senhorial e as relações de dependências, favores e apadrinhamentos.

Palavras-chave: Machado de Assis. Escravidão. Sociedade patriarcal brasileira.

Abstract

Through the reading of “O caso da vara”, by Machado de Assis, it was possible to identify a certain system of social relations in the nineteenth-century Brazilian society. This system was based on relations of domination and subservience between slaves and their owners, as well as between free men and people who detained a certain power in society. Thus, this article’s aim is to analyze Machado’s short-story by considering the relationships between the literary text, the social context and the historical facts that occurred in the author’s time. Authors such as Antonio Candido, Nicolau Sevcenko and Sidney Chalhoub will be taken into consideration in this analysis, as they see the relation of literature and society as an interpretive key not only for literary texts in general but also for the works of Machado de Assis. Therefore, it is possible to notice that, in “O caso da vara”, Machado uses an apparently irrelevant domestic conflict to illustrate some distinctive characteristics of patriarchal society, such as slavery, power and relations of dependency and subservience.

Keywords: Machado de Assis. Slavery. Brazilian patriarchal society.

¹ Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: grebellin@yahoo.com.br

Introdução

Na atual conjuntura dos estudos literários, é quase um truísmo afirmar que a literatura dialoga com o contexto social e com os acontecimentos históricos de uma época. De acordo com Antonio Candido (2000), os aspectos sociais são produtos e ao mesmo tempo, forças motrizes da obra literária, que é percebida por este autor como uma estrutura na qual ocorre uma conversão do real para o ilusório por meio de estilizações formais, isto é, por meio do discurso e da linguagem. Para Nicolau Sevcenko, os “textos narrativos nos ajudam a iluminar a realidade que lhes é imediatamente subjacente, e o conhecimento desta contribui para deslindar os interstícios da produção artística” (SEVCENKO, 2003, p. 32). Ao falar de “realidade subjacente” à obra literária, não podemos passar ao largo da história, que também fornece matéria para a criação ficcional. E ao colocar a história para interagir com a literatura, é possível não apenas viabilizar uma leitura literária que agregue “texto e contexto”, conforme defende Candido, mas também permitir outra forma de abordagem histórica do próprio passado, possibilitando novas maneiras de reconstruí-lo, interpretá-lo e compreendê-lo.

Com base nestas informações, o objetivo deste artigo é analisar o conto “O caso da vara”, de Machado de Assis, considerando os diálogos estabelecidos com o período histórico no qual o texto foi escrito. Procuraremos analisar como estes diálogos ajudam a moldar um sistema de dominação e subordinação senhorial que está presente nas relações entre os personagens da narrativa, sistema este que acaba por determinar não só o destino do personagem principal como também a situação da escrava Lucrecia, representada como uma vítima dos abusos relacionados à exploração do trabalho infantil no Brasil do século XIX.

Em “O caso da vara” Machado se utiliza de uma contenda doméstica, aparentemente sem grande relevância, para ilustrar algumas das marcas distintivas da sociedade patriarcal, tais como a escravidão, o poder senhorial e as relações de dependências, favores e apadrinhamentos. O personagem principal da narrativa é Damião, um rapaz que resolve fugir do seminário para onde tinha sido levado pelo padrinho, João Carneiro. Na rua, sem saber ao certo que rumo tomar, decide pedir ajuda a Sinhá Rita, uma viúva muito querida por seu padrinho. Inicialmente, ela hesita em lhe auxiliar, mas, diante das lisonjas feitas astutamente pelo seminarista, concorda em interceder por ele. A viúva, então, manda chamar Carneiro e o incumbe de convencer o pai de Damião a desistir de fazer dele um padre. Ao longo da trama, o jovem simpatiza com uma das crias de Sinhá Rita, a pequena escrava Lucrecia, que esquecera o trabalho para escutar uma piada feita pelo moço, correndo, portanto, o risco de ser castigada por sua senhora. Damião se compadece da garota e resolve apadrinhá-la, caso

ela não conseguisse acabar a tarefa. Contudo, ao final, no instante em que a menina realmente receberia o castigo por vadiagem, o seminarista precisa se decidir entre proteger a menina e desagradar Sinhá Rita, ou agradá-la, dando-lhe a vara que esta lhe pedira para que o castigo fosse aplicado. Desejando sair do seminário, resolve, estrategicamente, pegar a vara e entregá-la à viúva, em uma atitude que ilustra um jogo de interesses encetado por ele próprio, bem como a conivência com os abusos cometidos pelos senhores contra os escravos.

A escolha de Machado não é aleatória, uma vez que o maior representante do Realismo na literatura brasileira é considerado um bom intérprete de sua época. Por intermédio de seu testemunho histórico, é possível pensar algumas das grandes questões de seu tempo, especialmente no que se refere à escravidão, o poder senhorial e o ponto de vista dos dominados, assuntos relevantes para a compreensão da história brasileira no século XIX.

De acordo com Sidney Chalhoub,

Machado de Assis, em vários de seus escritos, testemunhou e analisou sistematicamente o ponto de vista do dominado ou do dependente, ou do subalterno, ou seja lá o que mais em tais situações, que eram rotineiras e agudamente perigosas ao mesmo tempo. (CHALHOUB, 1998, p. 99).

Daí a relevância de se analisar a obra machadiana como fonte documental, sem, no entanto, desmerecer o fator estético e as convenções literárias de uma época, marcada pelo advento do Realismo e do Naturalismo. Tais estéticas desmistificam uma série de posturas românticas como a idealização da natureza e da nação para dar lugar a uma observação arguta e até mesmo desencantada da vida social e dos mais diversos problemas brasileiros, entre eles a inserção dos escravos na sociedade, problema este que se tornou mais pungente após a Abolição. A representação dos negros e dos escravos povoa a obra de Machado de Assis, como podemos observar em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, narrativa na qual dona Plácida, negra e empregada de Virgília, é usada por sua senhora para encobrir os encontros secretos com o amante Brás Cubas. Em “Pai contra mãe”, nos deparamos com o dilema de Cândido Neves, um caçador de escravos que vê como única saída para a sua difícil situação financeira a captura da escrava Arminda, que está grávida e acaba perdendo a criança ao ser entregue para seu dono em troca de uma recompensa de cem mil réis. Em “O caso da vara”, também é perceptível a representação do escravo e a preocupação em retratar não só sua inserção na sociedade patriarcal brasileira, mas também as relações de poder que se estabelecem entre dominantes e dominados.

A perspectiva de leitura que percebe a obra literária como algo impregnado de significados históricos e sociais nos permitirá analisar alguns aspectos importantes da sociedade em que Machado de Assis viveu. Sidney Chalhoub é um dos teóricos que propõem a historicização da obra literária, enfatizando a importância de “desvendar o sentido do processo histórico, buscar suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos” (CHALHOUB, 2003, p. 92). Devemos ainda ressaltar que esta forma de ler a obra machadiana não é única, apesar de ser a mais praticada pela crítica literária brasileira. Estudiosos como Roberto Schwarz, John Gledson, Antonio Candido e o próprio Chalhoub trabalham com esta perspectiva de análise, que acaba se revelando produtiva por desvendar a estrutura de uma sociedade patriarcal escravocrata e por mostrar uma possível preocupação de Machado em produzir uma literatura interessada nos problemas sociais. Também não podemos deixar de sublinhar a existência de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado nas quais são desenvolvidas análises sociológicas da obra do escritor, seja mostrando a forma como ele representa a cidade do Rio de Janeiro em seus escritos, seja analisando as relações de dominação entre senhores e escravos na sociedade carioca de fins do século XIX e início do século XX².

“O caso da vara” e as relações de poder senhorial na sociedade brasileira escravocrata

O conto escolhido para a nossa análise foi publicado, pela primeira vez, na *Gazeta de Notícias*, no ano de 1891, logo após dois acontecimentos históricos relevantes para a sociedade brasileira da época: a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Porém, a história que se desenvolve no enredo remete-nos a um período bem anterior à data de sua publicação, como nos relata, já no início do texto, o próprio narrador: “Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850”. (ASSIS, 2001, p. 190). O ano de 1850 não parece entrar na história por um acaso, e é sintomático que ela sirva como referência temporal para marcar o contexto histórico do episódio narrado. Este foi o ano em que passou a vigorar uma nova lei, a Eusébio de Queiróz, aprovada em 4 de setembro, que pôs fim à entrada de escravos no Brasil. Sobre esse contexto, afirma Suely Queiróz:

² Refiro-me, especificamente, à tese de Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira, defendida em 2005, na qual a pesquisadora compara as obras de Machado de Assis e Lima Barreto no tocante à representação da vida urbana no Rio de Janeiro, e à dissertação de Elisângela Aparecida Lopes, defendida em 2007, na qual a autora analisa as representações de senhores, escravos e libertos na ficção do autor, reconhecendo-o como homem de seu tempo.

Invocando o argumento formal de que após o término do tratado de 1826 o tráfico se tornara uma questão de competência interna, e como tal chegara a hora de resolvê-la, o governo brasileiro se empenhará em extingui-lo, desvinculando-o, no entanto, da questão maior da abolição da escravidão. Essa será a obra de Eusébio de Queiróz, na defesa do projeto que se converteria na lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. (QUEIRÓZ, 1999, p. 26-27)

Esta lei, diferentemente da que foi editada em 7 de novembro de 1831³, mostrou-se eficiente no combate à entrada de escravos africanos no país. Entre as medidas sancionadas, estava aquela que determinava que o julgamento dos infratores fosse realizado pelo almirantado brasileiro, em primeira instância, e, em segunda instância, pelo Conselho de Estado. Tal medida transferia para o governo central uma tarefa que antes havia sido conferida aos júris locais, mais suscetíveis às pressões. Segundo Queiróz, com a vigência da lei, o número de escravos que entravam no país decaiu acentuadamente, já nos primeiros anos de seu funcionamento:

A eficiência desses mecanismos, somada à firme determinação de Eusébio de Queiróz em aplicá-los, é atestada pelas estatísticas: 54 mil escravos importados em 1849, cerca de 23 mil em 1850, aproximadamente 3 mil em 1851 e apenas 700 no ano seguinte. (QUEIRÓZ, 1999, p. 27).

A lei de 1850, ao impossibilitar a entrada de novos cativos no Brasil, se configurou como um golpe no sistema escravocrata, que não ruiu naquele momento, mas sofreu um abalo significativo. De acordo com Emília Viotti da Costa, a lei contribuiu decisivamente para a crise do regime escravista, que se instaurou nas décadas seguintes. Para a autora

A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravos eram extremamente baixos e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravaria existente e, ao mesmo tempo, pensar numa outra solução para o problema da mão-de-obra. (COSTA, 1999, p. 285).

Ao ler o conto de Machado, no entanto, o leitor poderia se perguntar: se as ações descritas se passam antes de 1850, qual a real importância desta data, ou da própria lei Eusébio de Queiroz, para a interpretação da narrativa? Em resposta a esta pergunta, poderíamos afirmar que a indicação temporal funciona como um dado que justifica os fatos

³ Esta lei, que declarava extinto o tráfico africano para o Brasil, ficou conhecida como “para inglês ver”, pois sua determinação de oferecer liberdade aos escravos que entrassem ilegalmente no país nunca foi obedecida. A rigor, naquele período, a entrada de africanos aumentou, já que a lavoura cafeeira, que estava em expansão, necessitava de mão de obra escrava.

que irão ser narrados, como se o narrador quisesse dizer, ainda que de maneira implícita, que o regime escravocrata ainda estava forte o suficiente para permitir os desmandos e abusos dos senhores. De fato, antes de 1850 a hegemonia senhorial e escravista ainda não estava sendo seriamente questionada, de modo que as relações de poder entre escravos e seus donos preservavam-se fortalecidas. Como bem assinalou o historiador Robert Conrad, “não só a escravidão permaneceu vigorosa durante os primeiros dois terços do século XIX, como também a maior parte das outras características da era do domínio português sobreviveu com pouca alteração”. (CONRAD, 1975, p. 25). Sendo assim, podemos afirmar que a referência a 1850 não foi inserida na narrativa por acaso, pois serve como uma espécie de marcador que norteia a compreensão do que irá acontecer na sequência, reforçando o tom de denúncia que permeia a narrativa.

Em primeiro lugar, é relevante sublinhar que Damião foi seguir carreira eclesiástica por imposição de seu pai, que elegeu seu padrinho João Carneiro como mediador na ida do rapaz para o seminário. É também importante ressaltar que o pai de Damião nem sequer aparece na narrativa, o que nos leva a pensar que ele é uma autoridade onipotente e onipresente na vida do filho. A mediação do padrinho, assim como a postura do reitor do seminário, que acredita na grandeza da carreira religiosa, funcionam como reforços da imposição paterna, o que revela outro dado característico da sociedade escravocrata brasileira: o paternalismo. De acordo com Sidney Chalhoub,

As políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas. A característica comum a tais políticas de domínio presente assim tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado ao topo de uma pirâmide imaginária. (CHALHOUB, 1998, p. 95).

É por isso que, ao fugir do seminário, Damião implora a ajuda de Sinhá Rita, amiga de seu padrinho. Esta acaba se tornando a mais importante personagem da narrativa, uma vez que os acontecimentos passam a se desenrolar por conta de sua influência. Viúva, dona de um temperamento forte e autoritário, apesar de bem humorada e dada a reuniões festivas, Sinhá Rita exerce grande poder sobre suas escravas e também sobre João Carneiro, de maneira que a relação que se estabelece entre os dois é de subordinação, conforme observamos no trecho abaixo:

- Não afianço nada, não creio que seja possível...

- Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser – continuou ela com certo tom insinuativo – tudo há de se arranjar. Peça-lhe muito, que ele cede. Ande, senhor João Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta.

- Mas, minha senhora....

- Vá, vá. (ASSIS, 2009, p. 193).

O autoritarismo da viúva é tão grande que, ao tomar conhecimento da dificuldade de João Carneiro em convencer o pai de Damião a desistir da carreira eclesiástica do filho, Sinhá Rita lhe escreve um bilhete ameaçador no qual se lê: “Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos” (ASSIS, 2009, p. 196). O narrador não nos deixa clara qual é a real natureza do relacionamento entre Rita e Carneiro, se é uma relação amorosa ou simplesmente de favores, já que ela parece pertencer à alta sociedade. De qualquer forma, o que não se pode negar é a existência de uma relação hierárquica entre os dois, na qual João Carneiro atende prontamente às ordens da viúva com medo de uma possível retaliação. Damião, bastante esperto, conhece a índole temperamental e autoritária de Sinhá Rita e, para conseguir seu apoio, joga com os valores da classe senhorial: “peço-lhe pelo amor de Deus, pelo que a senhora tiver de mais sagrado, pela alma de seu marido, salve-me da morte, porque eu mato-me, se voltar para aquela casa” (ASSIS, 2009, p. 191). A jogada manipulativa de Damião faz com que Rita fique a seu lado, pois ele usa a seu favor os valores mais prezados pela viúva: orgulho, influência social e autoridade, o que confirma a forte tendência da sociedade brasileira da época para o paternalismo e o apadrinhamento. A ameaça de suicídio proferida por Damião é análoga à ameaça que a senhora faz a João Carneiro, o que revela que tanto ela quanto o seminarista sabem jogar o jogo social, perpetuando os mecanismos de subordinação característicos da sociedade patriarcal escravocrata. Neste sentido, cabe ressaltar que as relações de dominação e de subserviência não se estabeleciam apenas entre os escravos e seus senhores, mas também entre homens livres e pessoas que detinham poder ou uma posição privilegiada na sociedade, como é o caso de Sinhá Rita. Na visão de Chalhoub, “havia condições intermediárias entre a escravidão e a liberdade, que, ao mesmo tempo em que matizam a visão de uma sociedade hierarquizada, sugerem a precariedade inerente à condição dos dependentes” (CHALHOUB, 2003, p. 56). Desta maneira, os dependentes e os agregados viam-se envolvidos em uma espécie de teia do favor, que garantia a obediência em troca de favores e proteção. Tal é a situação na qual Damião e João Carneiro se encontram, o que nos faz concluir, considerando as citações de Chalhoub, que ambos os personagens se encaixam na categoria de homens livres dependentes, o que confirma a inviolabilidade da vontade senhorial e a força dos mecanismos de opressão utilizados pelos senhores, que não se estendem somente aos escravos.

João Carneiro, por sua vez, também lança mão de algumas estratégias para convencer seu compadre a tirar Damião do seminário. A fim de persuadi-lo, não diz abertamente que é o rapaz que não quer voltar, mas, de maneira artilosa, coloca, em primeiro plano, a questão da conduta moral do jovem moço, que agira como um rebelde e vicioso, para justificar que ele talvez não mereça e nem tenha aptidão para a vida eclesiástica. Ao fazer isto, Carneiro não diz exatamente o que o pai de Damião deveria fazer, mas, sem questionar de forma explícita as prerrogativas senhoriais de seu compadre, e sem indispor-se com ele, busca conseguir o que seu afilhado deseja, sem, contanto, pedir-lhe nada como garantia e nem tampouco enfrentá-lo.

Ainda assim a reação do pai é bastante negativa: “o pai ficou furioso e quis quebrar tudo; bradou que não senhor, que o peralta havia de ir para o seminário, ou então metia-o no Aljube ou na presiganga⁴” (ASSIS, 2009, p. 195). Como afirma Sidney Chalhoub (1998), o discurso dos dominados envolvia a capacidade de atingir objetivos importantes utilizando e reforçando, ao menos aparentemente, os rituais associados à própria subordinação.

Neste sentido, é possível perceber que, mesmo sem solucionar concretamente o problema do afilhado, uma vez que o pai está determinado a manter o filho na carreira eclesiástica, João Carneiro lança mão de estratégias de persuasão que evidenciam a perpetuação dos valores senhoriais e a manutenção do paternalismo na sociedade escravocrata, na qual ser dominado não significa, necessariamente, ser escravo.

Paralelamente a este dilema, começa a se desenvolver outro: o da pequena escrava Lucrécia. Conforme já explicitado, Sinhá Rita mantém algumas jovens escravas sob seu domínio, a fim de lhes ensinar costura e bordado. Dentre estas jovens destaca-se a figura de Lucrécia, descrita pelo narrador de uma forma que evidencia sua fragilidade: “Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos” (ASSIS, 2009, p. 192). A pouca idade da garota, aliada à cicatriz na testa e à queimadura em uma das mãos, parece comprovar os excessos cometidos pelas elites em relação ao trabalho infantil, uma vez que será apenas no ano de 1871, com a Lei do Ventre Livre, que os filhos e filhas das escravas não serão mais submetidos ao regime escravocrata. Na visão de Maria Cristina Luz Pinheiro,

O trabalho doméstico teve para a criança escrava, independente do gênero, o significado de um adestramento, da internalização do lugar que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho. Os

⁴ Aqui, o narrador se refere a dois tipos de cárcere. Aljube era a prisão onde permaneciam os padres, à disposição do bispo local, e presiganga era o navio que recolhia prisioneiros em alto-mar.

meninos e meninas desempenhavam múltiplas tarefas, como servir à mesa, abanar moscas, carregar água, lavar pratos, servir café, auxiliar na cozinha e na limpeza da casa, esvaziar e limpar os urinóis, preparar o banho dos senhores. Também lavavam os pés dos membros da família e de visitantes, engraxavam sapatos, escovavam as roupas, carregavam pacotes, balançavam a rede, faziam pequenas compras, levavam recados, cuidavam das crianças, eram pajens e mucamas. Enfim, uma variedade de serviços que proporcionavam o conforto dos senhores e senhoras. As atividades desenvolvidas no âmbito doméstico não obedeciam a um padrão rígido. Eram constituídas de uma ampla variedade, ou seja, a divisão do trabalho não se operava de forma rígida. O mesmo criulinho que abanava moscas podia servir à mesa, buscar água, engraxar sapatos. A criulinha que descascava e ralava a mandioca ajudava na cozinha, cuidava das crianças, também balançava a rede para o senhor dormir mais depressa. (PINHEIRO, 2005, p. 177-178).

A ideia de adestramento torna-se clara quando Lucrécia, ao rir de uma piada que Damião contara a fim de espairecer um pouco junto às moças que costuravam e bordavam, recebe uma ameaça de Sinhá Rita:

Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa e ameaçou-a: Lucrécia, olha a vara! A pequena baixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo de costume (ASSIS, 2009, p. 192).

Como é possível perceber, este trecho consiste em uma espécie de denúncia em relação ao sistema de dominação ao qual os escravos encontravam-se subjugados. De acordo com Emília Viotti da Costa,

Quando as recomendações e os conselhos não surtiam o resultado almejado, recorria-se aos castigos. Os mais usados eram a palmatória, o tronco, os vários tipos de chicotes e açoites. Empregou-se mais raramente a golinha, as algemas, os anjinhos, a máscara de latão e o cárcere. O açoite e a palmatória constituíam pena disciplinar comum, reconhecida e autorizada pela própria legislação. [...] A sociedade estava organizada em razão do domínio e da prepotência. A prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país. (COSTA, 1999, p. 292).

No caso da pequena escrava, o elemento agressor se materializa na imagem da vara, que pelo visto é largamente utilizada por Sinhá Rita a fim de punir seus escravos. Ao presenciar a ameaça e reparar na fragilidade da menina, Damião resolve apadrinhá-la:

Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa, Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste (ASSIS, 2009, p. 192).

Nesta parte da narrativa, Damião parece querer assumir uma prerrogativa senhorial ao resolver apadrinhar Lucrecia. No entanto, tal intenção cairá por terra quando ele perceber que, por continuar subjugado ao sistema de dominação, não pode assumir para si tal prerrogativa. Neste sentido, é possível afirmar que Damião, por estar atrelado ao seminário, ocupa, dentro do sistema social vigente, uma posição análoga à de Lucrecia, uma vez que é também escravizado pela vontade senhorial, no caso, a vontade de seu pai. Ele se identifica com a menina, mas irá descobrir que não pode apadrinhá-la, pois ainda depende dos favores de Sinhá Rita. Desta forma, é possível perceber, mais uma vez, que os mecanismos de dominação e subserviência não eram exclusivos das relações entre escravos e senhores, o que mostra que Damião, enquanto homem livre mas dependente, se encontra em uma situação ambígua que permite que seja dominado e ao mesmo tempo, queira exercer a dominação. Todavia, ao final da narrativa o que acaba prevalecendo é sua condição de subserviência em relação à viúva, uma vez que o rapaz ainda depende dela para conseguir seus intentos.

A aflição de Damião aumenta ainda mais quando ele toma conhecimento que seu padrinho havia falado com seu pai e que o problema ainda não estava resolvido. Sinhá Rita procura reanimar o rapaz, que “estava outra vez no capuz da humildade e da consternação” (ASSIS, 2009, p. 196). Nesta parte da narrativa, tornam-se ainda mais claras as relações de paternalismo às quais o rapaz está submetido, relações estas que estão sintetizadas nas palavras de Rita: “Disse-lhe que sossegasse, que aquele negócio era agora dela”. Na sequência, a viúva declara: “Hão de ver para quanto presto! Não que eu não sou de brincadeiras!” (ASSIS, 2009, p. 196). Percebe-se que a resolução do problema do seminarista acaba por se tornar uma questão de honra para a senhora, uma vez que seu orgulho e seu poder de manipulação foram postos à prova. As vantagens conferidas pelo apadrinhamento, aliado ao sentimento de humildade que toma conta de Damião em um momento crítico de sua vida, acaba fazendo com que ele volte atrás na determinação de proteger Lucrecia, pois percebe que seu interesse pessoal iria ser prejudicado se a defendesse. Este dilema atinge seu auge quando Sinhá Rita descobre que a garota não havia terminado o trabalho assim como as outras e leva a cabo a ameaça que proferira mais cedo. Damião acaba por se envolver na punição de Lucrecia, conforme observamos no trecho reproduzido abaixo:

A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

- Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio.... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

- Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse de mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

- Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita (ASSIS, 2009, p. 197).

Baseando-se na leitura deste trecho, percebemos que, ao chegar o momento crucial, que corresponde à parte final da narrativa e ao clímax do enredo, o seminarista sucumbe à força de seu interesse pessoal e prefere não enfrentar Sinhá Rita, entregando à viúva o que ela lhe pedira: *a vara* com que castigaria Lucrecia. Portanto, temendo desagradar sua protetora, Damião não só não atendeu às súplicas desesperadas da pequena escrava, como contribuiu para que a mesma fosse castigada, entregando à senhora o instrumento que seria usado na punição. Ao retratar esse momento, Machado de Assis nos mostra como o peso das hierarquizações sociais é relevante em uma sociedade pautada por laços de dependência e paternalismo, onde a vontade senhorial deveria prevalecer, dando o tom das relações entre as pessoas. Esse caso também nos revela que não eram somente os escravos que se subordinavam ao paternalismo e ao autoritarismo dos senhores, mas também outras pessoas que, em virtude dos laços de dependência, acabavam não podendo agir abertas e livremente, estando elas igualmente presas a uma política de favores que era comum naquele tempo.

Desta forma, restava aos subordinados, para conseguir o que queriam, o uso de delicadas estratégias que, ao menos aparentemente, reforçavam o domínio senhorial e as relações paternalistas. Tanto Damião quanto João Carneiro e Sinhá Rita lançam mão de tais estratégias, mesmo que isso signifique passar por cima dos direitos dos escravos e de demais pessoas livres que pudessem atrapalhar seus desejos, entre elas o pai do próprio Damião.

Considerações finais

Com base em tudo o que foi exposto, podemos talvez concluir que o que a narrativa nos faculta não é exatamente o drama do seminarista, mas sim o da menina. O dilema de Lucrecia, que vinha sendo encenado como pano de fundo, ganha relevo maior do que o dilema de Damião, que estava no primeiro plano da narrativa. Talvez Machado de Assis tenha desejado, de maneira sutil, chamar a atenção do leitor para certa experiência do trabalho escravo imposto às crianças na sociedade escravocrata brasileira do século XIX, possivelmente insinuando, aos seus contemporâneos na década de 1890, período em que o conto foi publicado pela primeira vez, as consequências de tal experiência em um país que não fizera, ou sequer iniciara, as reformas sociais necessárias para a efetiva integração dos ex-

escravos e seus descendentes. O escritor realista também tematiza, conforme já analisado, uma relação de quase igualdade entre Damião e a pequena escrava, sendo que a desigualdade é determinada pela inserção do rapaz na ordem senhorial e escravista. Desta maneira, podemos afirmar que “O caso da vara” é uma narrativa que se presta a uma análise de cunho sociológico, sendo revestida de significados históricos que não são trazidos à tona por acaso, e que são capazes de provocar no leitor uma reflexão aprofundada sobre os problemas sociais advindos da escravidão.

Referências

ASSIS, Machado de. **Contos escolhidos**. 5 ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

_____. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LOPES, Elisângela Aparecida. **Homem do seu tempo e do seu país: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis**. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador. *Afro-Ásia*. Salvador: n. 32, p.159-183, 2005.

QUEIRÓZ, Suely Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2003.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Imagens literárias urbanas: Machado de Assis e Lima Barreto, o Rio de Janeiro escrito a quatro mãos**. 241f. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.